

RECENSÃO CRÍTICA

ISABEL STILWELL, *D. MARIA II. TUDO POR UM REINO.*
LISBOA: A ESFERA DOS LIVROS, 3.^a ED. 2012

Mariana Gonçalves
CETAPS

Isabel Stilwell, cujos romances históricos anteriores já haviam ilustrado as vidas de D. Filipa de Lencaste, D. Catarina de Bragança e D. Amélia, debruça-se agora sobre o percurso de D. Maria II, filha primogénita de D. Pedro IV de Portugal, I do Brasil, e de D. Leopoldina da Áustria. A estrutura deste romance mantém-se muito semelhante à dos anteriores, com cada episódio da vida da rainha a ser sempre situado no dia e no espaço físico em que a escritora os projecta, mas introduz agora um formato de algum modo dialéctico: a narração romanceada da vida de D. Maria II é entrelaçada com uma voz epistolar, que, ao longo da obra, assume três identidades distintas. Na primeira parte do romance, quando o leitor é apresentado a uma Maria de 7 anos correndo pelo Paço de São Cristóvão, no Brasil, essa voz que vai pontuando a trama com apontamentos diarísticos pertence a Maria Francisca de Portugal e Castro, marquesa de Aguiar e dama da corte portuguesa. Na segunda parte, quando D. Maria II embarca para a Europa com 9 anos, é D. Leonor da Câmara, sua nova tutora, que encarna essa segunda voz, através de cartas que dirige a seu primo, Dom Francisco de Almeida Portugal, Conde do Lavradio, e em que dá conta das suas preocupações e desejos no que diz respeito ao futuro da rainha. Finalmente, na terceira e última parte, quando D. Pedro IV morre e D. Maria II se torna efectivamente uma rainha em funções, é Vitória de Inglaterra, também ela futura rainha, que surge na trama através de escritos que mantém no seu diário sobre a prima portuguesa.

Isabel Stilwell realça precisamente numa nota que surge nas primeiras páginas do livro que pretendeu homenagear as cartas, que eram no tempo histórico retratado o género por excelência da comunicação humana e único meio de veicular planos e estratégias, angústias e afectos. Declara a autora que teve como grande auxílio na elaboração desta obra precisamente as cartas trocadas na realidade entre os protagonistas da mesma, D. Pedro IV e D. Leopoldina, D. Leonor da Câmara, e particularmente D. Maria II e a Rainha Vitória de Inglaterra. É, aliás, essa longeva relação de amizade entre as duas soberanas europeias que merece a maior atenção no que diz respeito aos estudos anglo-portugueses para os quais contribuí esta obra. As duas rainhas são retratadas nos aspectos que as aproximam, nomeadamente um matrimónio feliz, pródigo em filhos, mas também naquilo que as distingue, a educação, o temperamento e a forma como encaram a vida.

D. Maria II é apresentada como sendo uma criança muito vivaz e inteligente, marcada no início do romance pela angústia e inquietação relativamente ao comportamento muitas vezes violento e negligente que o pai, D. Pedro IV, demonstra face à sua esposa, D. Leopoldina. A vida desregrada do primeiro imperador do Brasil, no que diz respeito às diversas e bem conhecidas amantes que mantinha, bem como aos vários filhos ilegítimos que nasciam dessas relações, é descrita no romance como sendo causadora de uma profunda infelicidade na sua esposa e, conseqüentemente, na sua filha, que se vê dividida entre a imagem de um pai herói, divertido e carinhoso, e a de um pai cruel, que maltrata e humilha a esposa, não hesitando em exibir e promover na corte as suas amantes e respectivos filhos. D. Pedro IV é, deste modo, uma personagem muito ambígua neste romance, uma vez que são bastante sublinhadas as suas mudanças abruptas de humor e personalidade, característica que muito perturba D. Maria II.

A infância no Brasil, rodeada pela paisagem e exuberância tropicais, é, todavia, um período feliz da vida da futura rainha, em que o convívio com a mãe adorada e os irmãos, bem como a maior descontração e liberdade associadas a um modo brasileiro de se viver, concorrem para transformar a soberana portuguesa numa criança extrovertida, perspicaz, forte e, por vezes, ousada nos seus comentários. Essa é uma das diferenças notórias assinaladas entre D. Maria II e a Rainha Vitória, criada pela mãe entre as paredes do palácio de Kensington, num ambiente de grande reclusão e rigidez. As duas soberanas conhecem-se com 9 anos, quando D. Maria II é enviada para a Europa, de modo a reafirmar a sua legitimidade ao trono de

Portugal, entretanto tomado pelo seu tio D. Miguel. O irmão de D. Pedro IV, à sua chegada a Portugal, havia jurado fidelidade à Carta Constitucional de 1826 e à Rainha D. Maria II, com quem tinha casado por procuração em 29 de Outubro desse ano. Todavia, não demorou para que D. Miguel desse como desfeito esse matrimônio, demitisse os ministérios e dissolvesse a Câmara dos Deputados, sendo proclamado Rei de Portugal no dia 23 de Junho de 1828.

A viagem para a Europa, que inicialmente teria como destino Viena e a casa do avô materno, o Imperador Francisco II da Áustria, acaba por levar D. Maria II a Londres, onde experimenta um bom acolhimento por parte da população inglesa. A certo momento do romance, é referido que, durante a sua estada em Londres e ao passear nas ruas, a rainha portuguesa era brindada com frases gentis como “God bless you, my little queen” (184). Ao chegar à capital britânica, Maria fica de imediato sob a protecção de D. Pedro de Sousa Holstein, marquês de Palmela, Embaixador de Portugal na nação britânica e grande defensor do direito da filha de D. Pedro IV ao trono de Portugal. A relação entre a rainha e a família Holstein é descrita, numa primeira fase, como sendo de extrema proximidade e afecto, sendo sugerido até um enamoramento entre D. Maria II e um dos filhos de Palmela, Alexandre, que acabaria por morrer ainda muito jovem.

Em Inglaterra, D. Maria II é apresentada à corte do rei Jorge IV no dia 22 de Dezembro de 1828 no Castelo de Windsor, e recebe o apoio do monarca britânico para a sua causa, sendo acentuado, contudo, o espírito crítico e provocador de D. Maria II, que se atreve a replicar, perante o Duque de Wellington, que, apesar de o rei lhe demonstrar o apoio, o seu governo parecia não ser da mesma opinião. O militar inglês tem ele próprio um momento de ousadia perante o soberano britânico, ressaltando uma das diferenças fundamentais entre as monarquias portuguesa e inglesa: “Como Vossa Majestade sabe, neste país o povo não deseja colocar todo o poder nas mãos de um rei. Com boas razões...” (211).

O encontro entre Maria e Vitória acontecerá oito dias depois, e, passada a rispidez inicial devida ao confronto de personalidades, sendo a menina portuguesa mais descontraída e informal e a inglesa ativa e pouco habituada a familiaridades no tratamento, as duas acabam por se aproximar e tornam-se boas amigas. Vitória é conquistada pelo jeito prático, determinado e livre de Maria, e esta encontra em Drina, nome carinhoso pelo qual Vitória era tratada pelos mais próximos, o exemplo de uma jovem aplicada e muito rigorosa nos estudos, com o profundo

desejo de estar o mais bem preparada possível para o seu futuro desempenho enquanto Rainha. Mesmo em circunstâncias diferentes, ambas viriam a ter a mesma responsabilidade enquanto herdeiras do cargo máximo de governação dos dois países europeus aliados. Maria era já designada como Rainha de Portugal, mas vira ser-lhe usurpado o trono; Vitória aguardava na sombra a possibilidade de liderar a nação: “uma rainha de nome, mas sem trono, e pelo que sabia com poucas possibilidades de o recuperar, a outra sem o nome, mas a ser preparada para herdar um Império” (214).

O enredo narrativo prossegue na terceira parte do romance com a descrição da vida matrimonial e governativa da soberana portuguesa, a primeira pautada pela tranquilidade, harmonia e afecto que lhe eram dados pelo marido, D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, a segunda perturbada por várias insurreições civis, consequência do descontentamento popular face ao carácter pouco democrático da Carta Constitucional de 1826, que seria suspensa após a Revolução de Setembro de 1836. D. Maria II é apresentada como uma soberana impulsiva, teimosa e, de certo modo, pouco prudente, característica visível na promoção determinada e imparável que faz de António Bernardo Costa Cabral, que viria a repor a Carta e a formar governo em 1842 sob a protecção indefectível da rainha. Mesmo com o crescente desagrado popular em torno da figura de Costa Cabral, o seu enriquecimento vertiginoso e o crescente défice nas contas públicas, a rainha manifesta-lhe sempre o seu apoio sem reservas, agraciando-o com honras como o título de conde de Tomar. Mesmo sendo obrigada a demiti-lo em 1846, a passagem que dá conta da despedida dos dois, antes do exílio de Cabral, mostra uma rainha profundamente emocionada, assegurando-lhe que um dia o vingaria (496).

Durante toda a narração deste turbilhão governativo, o leitor tem acesso à visão da Rainha Vitória sobre as atitudes da congénere portuguesa, bem como a comentários sobre a situação política de Portugal, através de passagens do seu diário. Embora mantenha sempre o apoio a Maria, a monarca britânica mostra-se crítica da sua obstinação relativamente a Cabral e da sua insensatez em defender um homem tão odiado, contra tudo e todos. Como afirma ter aprendido às suas custas, “uma rainha não pode ter favoritos, por muito sozinha que se sinta” (494). Estes escritos diarísticos revelam também a postura das duas rainhas perante assuntos de foro pessoal. A prole de ambas é vasta, mas, ao passo que Maria é descrita como uma mulher ansiosa por descendência e encantada com a maternidade, Vitória assume-se algo contrariada com as suas sucessivas

gravidezes, declarando abertamente que para si a experiência do parto é um tormento e que a recuperação do mesmo é longa e difícil, ao contrário da prima portuguesa, que dias depois já está a pé comandando a casa e o reino.

A morte de D. Maria II, aos 34 anos, acaba por ser precipitada precisamente pelas gravidezes consecutivas que insistia em não evitar, ignorando os recorrentes conselhos médicos nesse sentido. A rainha expira vítima do parto do seu décimo primeiro filho, que também não sobrevive. Das onze crianças que dá à luz, quatro soçobram no nascimento. Também a sua mãe, D. Leopoldina, morrera muito jovem, aos 29 anos, grávida do oitavo filho, tendo já sofrido a morte de dois bebês. A Rainha Vitória de Inglaterra viu todos os seus nove filhos crescerem até à idade adulta e governou durante quase 64 anos, vindo a falecer com 81 anos. *D. Maria II. Tudo por Reino* é uma boa ilustração dos laços que podem prender dois temperamentos tão distintos mas tão cúmplices no desejo de cumprir a grande tarefa que lhes fora destinada.

Este estudo foi realizado no quadro do Projecto Estratégico PEst-OE/ELT/UI4097/2011, domiciliado no CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies) e financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia.